

Reflexões sobre a expansão dos Institutos Federais no estado de São Paulo

Reflections about the expansion of Federal Institutes in the state of São Paulo

Reflexiones sobre la expansión de los Institutos Federales en el estado de São Paulo

*Sandra Lúcia Ferreira*¹

*Andrea de Andrade*²

*Fernanda Evelin Camarço de Souza*³

Citação: FERREIRA, S. L.; ANDRADE, A.; SOUZA, F. E. C. Reflexões sobre a expansão dos Institutos Federais no estado de São Paulo. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 2. Janeiro de 2018.



<http://10.5380/jpe.v12i0.56622>

Resumo:

Este artigo aborda as causas e consequências do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, focando, sobretudo no caso do Instituto Federal de São Paulo. O estudo desvela as causas que levaram o poder público a decidir sobre a alteração do cotidiano dessa rede de ensino, bem como aponta para algumas das consequências geradas a partir dessas definições políticas. Em linhas gerais, o objetivo é refletir sobre as condições nas quais ocorreu a expansão do Instituto Federal de São Paulo. Para tanto, o artigo aborda o contexto de criação dos Institutos Federais, os desafios enfrentados pela gestão da instituição, as condições da infraestrutura dos *campi*, o déficit e as insatisfações de docentes e técnico-administrativos, assim como a evasão de alunos e o acompanhamento de egressos.

Palavras-chave: Plano de Expansão, Educação Profissional, IFSP, Políticas Públicas.

Abstract:

This article discusses the causes and consequences of the Plan of Expansion of Federal System of Professional Education, focusing mainly on the case of the Federal Institute of São Paulo. The study reveals the causes that led the public power to decide on the change in the daily life of this educational system, as

¹ Doutora em Educação pela PUC-SP. Professora da UNICID. E-mail: 07sandraferreira@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6891-1332>

² Mestra em Educação pela Unicid. Professora da IFSP. E-mail: andrea@ifsp.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1281-1535>

³ Mestra em Educação pela Unicid. E-mail: fernandaevelin@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5324-1241>

well as points to some of the consequences generated from these political definitions. In general terms, the objective is to reflect on the conditions under which the expansion of the federal institutes of São Paulo occurred. In this way, the article talks about the context of the creation of the Federal Institute, the challenges faced by the management of the institution, the conditions of the infrastructure of the campuses, the deficit and the dissatisfactions of teachers and technical-administrative workers, as well as the student evasion and the accompaniment of graduates.

Keywords: Expansion Plan; Professional Education; IFSP; Public Policy.

Resumen:

Este artículo aborda las causas y consecuencias del Plan de Expansión de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica, enfocándose, sobre todo en el caso del Instituto Federal de São Paulo. El estudio desvela las causas que llevaron al poder público a decidir sobre la alteración del cotidiano de esa red de enseñanza, así como apunta a algunas de las consecuencias generadas a partir de esas definiciones políticas. En líneas generales, el objetivo es reflexionar sobre las condiciones en las cuales ocurrió la expansión del Instituto Federal de São Paulo. Para ello, el artículo aborda el contexto de creación de los Institutos Federales, los desafíos enfrentados por la gestión de la institución, las condiciones de la infraestructura de los campus, el déficit y las insatisfacciones de docentes y técnico-administrativos, así como la evasión de alumnos y el acompañamiento de los egresados.

Palabras clave: Plan de Expansión; Educación Profesional; IFSP; Políticas Públicas.

Introdução

O tema deste artigo está relacionado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), uma autarquia federal de ensino. Fundada em 1909 como Escola de Aprendizes Artífices, desde então é reconhecida pela sociedade paulista por sua excelência no ensino público gratuito de qualidade.

A criação da Escola de Aprendizes Artífices, pelo Decreto nº 7.566/09, inaugurada em junho de 1910, marcou o início da educação profissional na rede federal de ensino. Cada reformulação do ensino profissional no Brasil trazia consigo uma nova denominação para as escolas da rede, que se tornaram: Liceu Industrial, pela Lei nº 378/37; Escola Industrial e Escola Técnica de São Paulo, pelo Decreto nº 4.127/42; Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP), pela Lei nº 4.759/65; Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET/SP), por um Decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999; e por último Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Em dezembro de 2008, uma transformação da instituição revelou ser a mais marcante: o momento em que deixou de ser Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo e deu lugar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Numa perspectiva mais abrangente, os Institutos Federais estão além de contribuir com o exercício de laboridade, através da educação profissional técnica e tecnológica, mas com a missão de abrigar as políticas voltadas para a formação integral do aluno.

Tratava-se de um novo modelo institucional, numa estrutura multicampi⁴ e organização pedagógica verticalizada⁵. A criação dos Institutos Federais de Educação – IFEs foi parte integrante da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, necessária e almejada pela sociedade brasileira, que reivindica seus direitos constitucionais por uma “educação pública, gratuita e de qualidade”, cuja bandeira tem sido içada pelos movimentos sindicais e estudantis⁶.

Quais as marcas - visíveis e invisíveis - deixadas ao longo da história, produzidas pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no IFSP?

Para explorar as respostas a este questionamento, um conjunto de objetivos foi proposto:

- Investigar a forma e as condições que possibilitaram a expansão do IFSP;
- Analisar a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação.
- Analisar o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao que se refere à criação ou integração dos campi do IFSP.
- Compreender as causas que levaram o poder público a decidir sobre a alteração do cotidiano da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- Registrar algumas consequências geradas a partir dessas definições políticas, citando o IFSP como referência para o estudo.

O Instituto Federal de São Paulo tem 105 anos de excelência e tradição no ensino profissional, público e gratuito. A escolha pelo IFSP como objeto de estudo está

⁴ Não há Instituto Federal com um só *campus*, sua estrutura é *multicampi*, ou seja, é constituída por um conjunto de unidades. Cada *campus*, independentemente do endereço ou data de criação da instituição que lhe deu origem, possui as mesmas atribuições e prerrogativas, condição que não pode servir a uma atuação não sistêmica. Ao contrário, a medida do trabalho da instituição – ou o cumprimento de objetivos e metas – é o resultado do todo. (Pacheco, 2011, p. 67)

⁵ A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado. (Pacheco, 2011, p. 14)

⁶ Constituição Federal (1988), artigos 205 e 206, incisos IV e VII.

pautada na expansão dessa instituição, e também pelo fato deste IF possuir o maior número de *campi* em todo o território brasileiro.

Instituto Federal de São Paulo (IFSP)

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais (IFs), que têm sua origem nas Escolas de Aprendizizes Artífices, criadas no ano de 1909.

Durante a sua existência, a escola de São Paulo sofreu grandes transformações na reformulação da educação profissional; no entanto manteve o foco da sua missão, que era a promoção social e intelectual do cidadão, e a formação técnica profissional para atender ao mercado industrial do país em desenvolvimento.

Conforme a Lei, os IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi dividido em três fases: a Fase I, que teve início em 2005, a Fase II em 2007, e a Fase III em 2011. No período entre 1909 a 2002 foram constituídas 140 unidades de ensino. As Fases I e II do Plano de Expansão da Rede Federal, implementadas de 2005 a 2010, permitiram que esse quantitativo fosse duplicado em apenas cinco anos (SETEC, 2011). A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica conta atualmente com 459 unidades implantadas, que contabilizam um milhão de matrículas em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, de graduação e pós-graduação. (CONIF, 2013)

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC publicou, em seu Relatório de gestão (2013), as metas a serem atingidas na Fase III do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica:

(...) das 208 novas unidades previstas para o período de 2011 a 2014, já estavam em funcionamento 116 no final de 2013. Ao final da expansão, serão 562 unidades em mais de 500 municípios. Em 2013, 40 unidades da Rede Federal de 16 Estados e do Distrito Federal iniciaram suas atividades e, quando em pleno funcionamento, totalizarão 48 mil novas vagas.

Até dezembro de 2013, foi atingido o seguinte resultado operacional na expansão:

- 116 unidades em funcionamento, das quais 39 foram inauguradas e 15 foram concluídas e não inauguradas; e
- 106 unidades em obra, sendo que 26 unidades estavam em fase de licitação e 22 estavam em fase de planejamento e elaboração de projeto (p. 31).

Em 2013 o IFSP possuía 37 unidades, sendo 29 *campi*, sete campi avançados e um núcleo avançado: isso significava que, a curto e médio prazos, o IFSP iria contar, se somadas as dezenove que ainda seriam implantadas, com 56 unidades sob sua tutela. Um número alto se comparado às 46 unidades (campus e campus avançado) distribuídas em cinco Institutos Federais no estado de Minas Gerais, sendo que o IF que mais possui unidades naquele estado conta com treze *campi*.

O que motivou o governo federal a alterar o cotidiano da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?

Segundo Ribeiro e Cardoso (2014), as transformações do mundo do trabalho, a reestrutura produtiva em conjunto com os avanços tecnológicos, causaram novas demandas e significados para as instituições educativas.

Os Institutos Federais “respondem à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública” (MEC, 2010, p. 19).

Dentre os pontos vulneráveis, o que mais se destaca e tem sido tema de debates é a atuação dos docentes em vários níveis e modalidades de ensino. Trata-se de uma das finalidades e características dos IFs: “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior” (Lei nº 11.892/2008, art. 6º, inc. III).

Souza (2013) prossegue questionando sobre a capacitação desse profissional, enfatizando a multiplicidade de alunos – adolescentes em conjunto com adultos trabalhadores e oriundos de escolas privadas e públicas – que demanda mais conhecimento e sensibilidade do professor ao lidar com o cotidiano da sala de aula.

Para o MEC (2010), a verticalização do ensino trouxe ganhos à formação do professor, pela possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada desde a educação básica até a pós-graduação, construindo vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional e dessa forma estabelecendo o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão.

O TCU (2012) registrou um déficit de 32,7% de professores no IFSP, e explica:

Uma das causas do déficit observado de professores é a baixa atratividade da carreira docente nos Institutos Federais. Apurou-se em pesquisa que a remuneração é fonte de insatisfação para 68% dos professores, constatação reforçada por 64% dos pró-reitores de ensino ouvidos, que concordam que a remuneração pouco atraente dificulta o provimento desses cargos.

(...)A desvantagem remuneratória também se verifica em relação ao mercado de trabalho em áreas específicas que se encontram 'aquecidas', a exemplo das engenharias (p. 45).

A infraestrutura deficiente ou inadequada é constatada na maioria dos *campi*, nos mais antigos pela manutenção mal planejada, como, por exemplo, arrumar o chão antes do teto, compra de equipamentos sem prever a manutenção, atraso no início dos processos de licitação para contratação de serviços terceirizados, ou seja, quase sempre tem a necessidade de fazer a contratação de uma empresa, em caráter de urgência e temporária até que se concretize o processo de licitação.

Outro ponto vulnerável existente há décadas no Campus São Paulo: número insuficiente de servidores para o bom desempenho das tarefas, comprometendo a qualidade dos serviços prestados. A situação foi agravada no início da expansão em virtude da remoção de alguns servidores para os novos *campi*.

O aumento do número de alunos em virtude da crescente oferta de vagas em cursos regulares ou em programas como Pronatec, Mulheres Mil e EJA/FIC, aumentou a demanda no atendimento, sobrecarregando os setores administrativos, que não contam com programas informatizados que ajudem a agilizar processos e/ou permitam o autoatendimento.

Gestão

Segundo o IFSP (2014, p. 68), os principais fatores dificultadores encontrados na área da gestão administrativa em 2013, apresentados pela Pró-Reitoria de Administração, foram os seguintes:

- Quadro de pessoal insuficiente face às novas demandas.
- Servidores e gestores recém-empossados, portanto ainda não familiarizados com a complexidade dos procedimentos, normas e legislações público-administrativas.
- Estruturas físicas e de pessoal ainda incompletas em alguns novos *campi*.
- Rotinas administrativas ainda não informatizadas/integradas.

- Instalações físicas precárias com espaço físico insuficiente (a Reitoria não possui sede própria e encontra-se instalada provisoriamente no Campus São Paulo).
- Ausência de estrutura de suporte administrativo à Reitoria, no tocante à sua manutenção básica.
- Fragilidades estratégicas na área gestão de pessoas, à qual é recomendada a vinculação direta ao desenvolvimento institucional.
- Diversidade de sistemas informatizados oficiais a serem atendidos e excesso de burocracias inerentes ao serviço público.
- Disponibilidade de Procuradoria Federal apenas no município de São Paulo (fora do *campus* São Paulo), o que acarreta um gasto adicional de tempo e energia para o trâmite de processos administrativos que requerem parecer jurídico, oriundos dos diversos campi e da Reitoria.

A evasão é um dos problemas enfrentados na área da educação; em proporções variáveis e em diversos níveis e modalidades, nos institutos federais e, especificamente no IFSP, ele também existe.

A evasão no IFSP pode ser justificada por diversas causas: dificuldade de aprendizagem, formação básica precária, falta de identificação com o curso, dentre outros.

O IFSP ainda não possui meios que disponibilizem o número real de alunos evadidos. No relatório de gestão, por exemplo, os *campi* apresentam tabelas que fazem relação entre o número de concluintes e o número de matrículas no período, não deixando clara a quantidade de alunos evadidos ou transferidos para outra instituição de ensino ou para outro curso, permanecendo na instituição, e a de matrículas canceladas.

Em virtude da alta taxa de evasão nos cursos técnicos concomitantes ou subsequentes, alguns *campi* (os que entendem que há demanda no mercado de trabalho local ou regional) têm optado pela modalidade integrada ao ensino médio, que apresenta menor taxa de evasão. Para a contenção da evasão nos cursos técnicos na modalidade EaD, há proposta de reformulação do currículo para adequação com carga horária mínima exigida com objetivo de redução de um semestre.

O IFSP promoveu estudos e debates sobre a diminuição do índice de evasão, que resultou nas seguintes propostas no intuito de minimizar o problema:

- nivelamento (para aprimorar conhecimentos, competências e habilidades essenciais para o desenvolvimento do aluno, que não foram atendidos em estágios anteriores, principalmente nas áreas de linguagem e matemática),

- apoio pedagógico (para aprimorar os conteúdos estudados durante o processo de formação, objetivando a superação das defasagens e as dificuldades do aluno),
- medidas socioculturais (ações que despertem nos alunos noções de pertencimento), e
- criação de módulo de habilidades de estudos para auxiliar os discentes na organização de seus estudos.

Em 2013 a Portaria nº 5.838, de 02 de dezembro aprovou o “Projeto Institucional de Contenção da Evasão – Nivelamento e Apoio Pedagógico EaD”. Em 2014 houve a seleção de servidores do quadro permanente do IFSP, para atuarem como elaboradores de materiais didáticos de nivelamento e apoio pedagógico na modalidade EaD do Projeto, através do Edital nº 156, de 13 de maio.

O IFSP tem como aliados programas que colaboram para a permanência do aluno na instituição, sendo alguns articulados com ensino, pesquisa e extensão: PIBIC, Pibid, PIBITI e PET. O Pnaes também é um programa colaborador e é desenvolvido em dois eixos no IFSP:

(...) ações para o enfrentamento da vulnerabilidade social – com o objetivo de apoiar os estudantes em suas necessidades básicas para a permanência e conclusão do curso no IFSP – e ações universais – com objetivo de contribuir com a formação integral do estudante, propiciar acesso à cultura e promover a inclusão social (IFSP, 2014, p. 86).

Embora o Pnaes, denominado no IFSP como PAE - Programa de Assistência Estudantil tenha sido eficiente na contenção da evasão não é o bastante.

Outro fator pode estar colaborando com o aumento da evasão, e não foi mencionado: são os cursos oferecidos pelo IFSP, que podem não oferecer perspectivas de estágio e/ou emprego ao aluno. Um dos critérios de escolha dos lugares dos novos *campi*, em todas as fases da expansão, foi a proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados nos níveis local e regional.

É verdade que a expansão aconteceu de forma muito rápida, e devido à interiorização, acredita-se que, de fato, não houve tempo suficiente para os gestores do IFSP realizarem pesquisas eficientes para a abertura de cursos que garantissem uma formação ao aluno de forma a atender a demanda do mercado de trabalho local. Outra possível dificuldade encontrada no início da expansão foi a abertura de cursos que

dialogassem com os arranjos produtivos locais, pois o IFSP não dispunha de profissionais daquela área num primeiro momento. A proposta de abertura da maioria dos cursos nos novos campi concentravam-se na área que a equipe nomeada para dar início às atividades atuava em seu campus de origem, com raras exceções.

O resultado obtido por Sampaio (2013), após realizar uma pesquisa com egressos de 2002 a 2012, do IFRN, sobre a absorção local dos egressos no mercado de trabalho no processo de interiorização, foi:

(...) i) em determinados municípios não há postos de trabalhos suficientes na área de formação obtida, pois não há correlação clara com a demanda por mão-de-obra qualificada por parte das empresas locais; ii) não há postos de trabalhos suficientes, porque a economia destes territórios tende a ser pouco dinâmica, vários municípios apresentam baixo crescimento econômico ou do PIB; e, iii) há carência de convergência de outras políticas públicas e programas que propiciem investimentos voltados na reestruturação produtiva, com base, por exemplo, nos Arranjos Produtivos Locais (p. 162).

Ao analisar o Relatório de Gestão do IFSP do exercício de 2013, não foi percebida sequer alguma ação que previsse o acompanhamento dos egressos. É verdade que alguns *campi* até reconheceram a necessidade desse acompanhamento, mas não expuseram como iriam fazê-lo. Essa política de acompanhamento é necessária para atualizar os conteúdos programáticos e para criação de cursos de acordo com as necessidades mercadológicas.

O artigo 6º da Lei nº 11.892/2008 diz que uma das finalidades e características dos IFs é realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. É possível que esse seja um caminho a ser percorrido para sanar o problema de interiorização quanto às questões de empregabilidade local e regional de seus egressos, podendo servir de estímulo para a permanência de alunos nos cursos.

Considerações Finais

Foram ao longo da história que se encontraram as causas, as justificativas, os motivos para a criação dos IFs. Antes mesmo da mesma da Revolução Industrial acontecer no Brasil, o ensino profissional já era ministrado, no início informalmente pelos jesuítas. Com a Revolução Industrial, a necessidade de mão-de-obra especializada foi tornando cada vez mais necessária, à medida que as indústrias iam surgindo. Nota-se que a educação profissional não conseguiu e ainda não consegue suprir a demanda do mercado.

Foi então que a Escola de Aprendizes Artífices, criada para atender os desvalidos, após muitas transformações – e tradição em ensino técnico de nível médio –, tornou-se um Centro Federal de Educação Tecnológica, momento em que passou a ofertar cursos de nível superior, pós-graduação e a EJA.

Iniciada a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com intuito de ampliar a oferta de vagas nos cursos profissionalizantes, o governo federal viu a oportunidade de a Educação Profissional-técnica (EPT) ser um meio para que as políticas públicas sociais e inclusivas atingissem o seu público-alvo, ou seja, a população menos favorecida. Então foram criados os Institutos Federais, num arranjo educacional inédito, através da Lei nº 11.892/2008, com estrutura pluricurricular e multicampi, de natureza jurídica de autarquia, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar; a Lei atribuiu finalidades e características a essa nova instituição, que tem a missão de formar, através da EPT, um profissional que seja cidadão consciente e portador de conhecimentos que o torne capaz de mudar a sua realidade política, econômica, social e cultural. A EPT tem como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Cabe aos institutos fortalecer, através do ensino, pesquisa e extensão, os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. E, também, institucionalizar a educação profissional e tecnológica como política pública.

Com a criação dos Institutos Federais, o governo federal desenvolveu mecanismos para a democratização do acesso à educação profissional de qualidade, num sistema nacional, e a oferta verticalizada de ensino em todos os níveis de educação, bem como programas que auxiliam a permanência do aluno na escola, como forma de garantir a todos e a cada um o direito de aprender até onde o permitam suas aptidões e vontade.

O papel dos IFs através da EPT frente à economia e a sociedade brasileira é fundamental, mas deve-se considerar que foi concebida em meio a uma expansão, necessária, mas rápida e desordenada, com consequências marcantes e perspectivas de recuperação a longo prazo. Os desafios são grandes para a construção desta nova identidade proposta para os IFs, que, no caso do IFSP, que serviu de referência para esta pesquisa, teve a qualidade de seu ensino comprometida, até então reconhecido pela sua excelência. O volume de campi abertos no estado de São Paulo, logo na Fase I do Plano de Expansão, que somam trinta e sete unidades sob a tutela do IFSP, não permitiu à gestão

administrativa planejamento e organização, entre tantas novidades, com o dever de atuar em áreas que fugiam à sua tradição.

A intenção deste artigo não foi tirar o mérito da política educacional que criou os Ifs, porém se propôs também a registrar algumas consequências geradas a partir dessas definições políticas, citando o IFSP como referência para o estudo.

Após analisar a forma e as condições em que se deu a expansão da rede, foi possível pontuar as consequências no intuito de contribuir com o processo que dará continuidade à abertura de novos campi, que somam, aproximadamente, 324 unidades em funcionamento em todo o país, tendo como meta atingir a casa dos mil.

Os programas de pesquisas instituídos nos IFs, PIBIC, Pibid, PIBITI e PET, articulados com ensino, pesquisa e extensão, além do Pnaes, programa de assistência estudantil trouxeram benefícios a quase todos os segmentos do IFSP: corpo docente, discente e técnico-administrativo, e aos poucos esses programas vêm sendo regulamentados. Incentivos à qualificação e capacitação, com afastamentos remunerados e/ou com financiamento e/ou com bolsa-auxílio, beneficiam os servidores docentes e técnico-administrativos.

Os desafios enfrentados pela gestão do IFSP também envolvem os três segmentos. Alguns problemas no corpo docente atingem diretamente o corpo discente, a começar pela atuação desses profissionais em vários níveis e modalidades de ensino, em função da verticalização, sem a formação necessária e com sobrecarga, devido ao déficit de professores.

O processo de contratação de professores substitutos é demorado, e essa função fica sob a responsabilidade dos técnico-administrativos, que também estão em número insuficiente. Os programas sociais e de incluso também causam sobrecargas. A abertura de concursos para contratação de novos servidores não acompanham a abertura de novos *campi*, pois a liberação do código de vagas por parte do governo federal se dá após a abertura do campus e com cursos em andamento, possivelmente para evitar a contratação de professores com formação especificada para um curso que não tenha procura ou demanda no mercado local ou regional. Uma possível solução para contornar essa situação seria a abertura preliminar dos cursos regulares através do Pronatec, que serviria de parâmetro para verificar a viabilidade de abertura, baseada no índice de procura e colocação dos egressos no mercado de trabalho, e ainda sem a necessidade de alto investimento e com a vantagem de contratar servidores temporários, docentes e

técnico-administrativos, apenas pelo período necessário para a realização do curso. Se após a avaliação houver a decisão pela implantação do curso regular, essa se daria de maneira organizada, estruturada e sem riscos de fracasso.

A infraestrutura deficiente ou inadequada, também prejudica o trabalho dos professores e compromete a qualidade do ensino. Esta situação também pode ser justificada pela demora nos processos de licitação e falta de pessoal para execução.

Há problemas na estrutura de alguns prédios que foram integrados ao IFSP, que antes pertenciam a organizações não-governamentais, financiados pelo PROEP, que impedem a ampliação e/ou inutilizam espaços.

A forma atual de distribuição da carga horária do docente causa engessamento. Porém, o IFSP apresentou duas propostas para a escolha de uma delas pelos professores, o que possibilitará maior flexibilidade de horário.

Entre os técnicos administrativos, a participação em conselhos e colegiados torna a sua participação mais efetiva, com a oportunidade de darem suas opiniões, ideias e experiências.

Quanto à gestão, se de um lado tem como benefício o aumento de verbas devido aos investimentos feitos pelo governo federal na EPT, e a importância para os profissionais da educação serem protagonistas desse marco histórico, de outro enfrenta os desafios para vencer os problemas relacionados acima.

O IFSP adotou o modelo de gestão descentralizada, mas ainda há muitas coisas que ficam a cargo da Reitoria (por inexperiência ou capacitação dos novos servidores) como, por exemplo, a formalização de parcerias com empresas/instituições, por desconhecimento dos trâmites e termos jurídicos, causando morosidade para a finalização do processo. Para minimizar este problema e agilizar os processos, o IFSP criou o Regulamento para Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica de Extensão. Há também problemas como este, dos processos de licitação.

A evasão no IFSP tem-se acentuado e pode ocorrer por diversos fatores: dificuldade de aprendizagem, formação básica precária, falta de identificação com o curso, dentre outros. Também é possível que o curso oferecido não atenda as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, causando o abandono do curso pelo aluno. O IFSP tem propostas para contornar o problema, e tem também programas de bolsa que incentivam a permanência do aluno na escola.

Um dos motivos citados pelo IFSP, que contribui para a evasão, é a formação básica precária. É preciso avaliar a qualidade de ensino dos cursos de formação de professores oferecidos pelo IFSP, para que contribuam para a melhora do ensino básico. Seria importante e viável que os alunos das licenciaturas ministrassem aulas de reforço aos alunos que apresentam deficiência em sua formação básica, contribuindo para a retenção e para a diminuição da evasão. A retenção de alunos é justificada pela mesma deficiência da formação básica, que é expressiva. Quanto mais tempo o aluno leva para a conclusão do curso, demanda mais despesas à União. Retomando as aulas de reforço, em contrapartida, se permitido, a hora/aula poderá ser computada como horas de estágio para o aluno de licenciatura.

A evasão, quando não controlada, reduz o que era inicialmente investimento, e passa a ser prejuízo ao erário público, conseqüentemente para a sociedade. Por isso há necessidade de ações estratégicas efetivas que proporcionem as condições necessárias para a permanência do aluno na escola, até a conclusão do curso e, se possível, para motivar o prosseguimento em outros níveis.

O IFSP não tem ações para acompanhamento de egressos. Adotar uma política de acompanhamento sistemático dos egressos se faz necessária, pois serve de termômetro para avaliar e atualizar os conteúdos dos cursos, e assim garantir ao aluno uma formação condizente com as reais necessidades do mercado de trabalho local e regional. Caso contrário, não estará cumprindo com uma de suas finalidades, que é orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

O IFSP ainda tem muito trabalho pela frente. Um deles, talvez o mais importante, que é desenvolver um trabalho, junto aos servidores, de conscientização de que o que faz o IFSP ser a instituição descrita na Lei n 11.892/2008, dentro de um conjunto, são principalmente as pessoas e suas ações, e essas ações devem estar vinculadas a uma identidade que ainda precisa ser construída. A igualdade na diversidade deve começar no interior do IFSP, a qualidade dos serviços também, assim como a formação de profissionais para o trabalho. E desenvolver pesquisas e projetos que venham contribuir, antes de mais nada, com o desenvolvimento do próprio IFSP.

São muitos os temas que poderão ser abordados em pesquisas, principalmente em teses, que venham colaborar para o desenvolvimento pleno dos Institutos Federais, uma instituição que tem por finalidade desenvolver um trabalho efetivo que contribui para o desenvolvimento do Brasil, mas antes para a formação integral do cidadão.

Referências

- BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso em 29 ago. 2013.
- _____. Ministério da Educação. CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC nº 001, de 24 de abril de 2007.
- _____. Ministério da Educação. CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC nº 002/2007.
- _____. Ministério da Educação. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, um novo modelo em educação profissional e tecnológica: Concepção e Diretrizes*. Brasília, 2010.
- _____. Ministério da Educação. *Instituto Federal de São Paulo*. Disponível em <<http://redefederal.mec.gov.br/>>. Acesso em 09 jun. 2012.
- _____. Ministério da Educação. *PROEP 2007: Relatório de Progresso Semestral*. Brasília: PROEP, jan/jun. 2007. Disponível em <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/proep/relatorio_semestral_progresso_proep_2007.pdf>. Acesso em 05 jun. 2013.
- _____. Ministério da Educação. *Regulamento Operativo do PROEP*. Brasília: PROEP, set. 2004.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Planejamento Político-Estratégico 1995/1998*. Brasília: MEC, 1995.
- _____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Relatório de Gestão do Exercício de 2011*. Brasília: jan. 2012.
- _____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Relatório de Gestão do Exercício de 2013*. Brasília, 2014.
- _____. Relatório do Ministério da Agricultura de 1911-1912. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2002/000350.html>>. Acesso em 09 jun. 2014.
- _____. Relatório do Ministério da Agricultura de 1922. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000153.html>>. Acesso em 09 jun. 2014.
- _____. Relatório do Ministério da Agricultura de 1928. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2024/000041.html>>. Acesso em 09 jun. 2014.
- _____. Relatório do Ministério da Agricultura de 1929. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2025/000115.html>>. Acesso em 09 jun. 2014.
- _____. Prefeitura de São Paulo. Disponível em <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas.php>. Acesso em 25 ago. 2013.

CAMARGO, R. e VILLELA, J. E. N. *Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: cem anos de ensino público federal*. São Paulo. *Sinergia*: v. 11, nº 1, p. 45-52, jan/jun, 2010.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO. *Relatório de Gestão – Exercícios 2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>>. Acesso em 24 jun. 2014.

CERQUEIRA, M. C. R. *Programa de Expansão da Educação Profissional: análise do alcance das políticas educacionais*. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010. Disponível em <http://tede.mackenzie.com.br/tde_arquivos/6/TDE-2011-01-28T104245Z-1113/Publico/Maria%20Cristina%20Rizzetto%20Cerqueira.pdf>. Acesso em 26 mai. 2014.

CONIF. *Rede Federal alcança um milhão de estudantes*. Notícias, 2013. Disponível em: <<http://www.conif.org.br/ultimas-noticias/591-rede-federal-alcanca-um-milhao-de-estudantes.html>>. Acesso em 14 ago. 2014.

CORDÃO, F. A. “A Educação Profissional no Brasil”. In: *Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual*. PUC/SP (org.), Campinas, SP: Autores Associados, 2005 (Coleção Educação Contemporânea).

CUNHA, L. A. *O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

FERNANDES, C. M. *As políticas curriculares na cotidianidade da Escola: a análise dos professores sobre o impacto da Reforma da Educação Profissional no CEFET-SP*. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda. São Paulo: Ribeirão Preto, 2007.

FONSECA, C. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Vols. 1, 2 e 3. RJ: Senai, 1986.

GATTI JÚNIOR, D. *Apontamentos sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares*. Cadernos de História da Educação, Uberlândia, MG, v. 1, n. 1, p. 29-31, jan/dez, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. *Ata da Terceira Reunião Extraordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/340-atas-2013.html>>. Acesso em 20 set. 2014.

_____. *Ata da Quinta Reunião Ordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/340-atas-2013.html>>. Acesso em 20 set. 2014.

_____. *Atlas do Instituto Federal de São Paulo*. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/component/search/?searchword=atlas&ordering=&searchphrase=all>>. Acesso em 15 set. 2014.

_____. Edital nº 156, de 13 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/437-editais-internos.html?download=10085%3Aedital-no-156-de-13-de-maio-de-2014>>. Acesso em 16 out. 2014.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – Exercícios 2009-2013 / 2014-2018*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>>. Acesso em 24 jun. 2104.

_____. *Relatório de Gestão – Exercícios 2009/2010/2011/2012/2013*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>>. Acesso em 24 jun. 2104.

LIMA FILHO, D. L. *Formação de Tecnólogos: lições da experiência, tendências atuais e perspectivas*. Rio de Janeiro. Boletim Técnico do Senac, v. 25, n. 3, p. 41-53, set./dez. 1999. Disponível em <<http://www.senac.br/BTS/253/boltec253d.htm>>. Acesso em 15 ago. 2014.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MATIAS, C. R. *Reforma da Educação Profissional na Unidade de Sertãozinho do CEFET/SP*. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.

MATIAS, C. R. e FERNANDES, C. M. *A Falha da Reforma*. São Paulo. *Sinergia*: v. 3, nº 2, p. 110-117, jul/dez, 2002.

MORAIS, P. D. *A Implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em Mato Grosso no Contexto da Expansão da Educação Superior no Brasil*. Natal/RN. Anais do XXII Seminário Nacional Universitas/Br.: p. 1.020-1.033, ago. 2014. Disponível em <http://universitas.ce.ufrn.br/ANAIS_DO_XXII_SEMINARIO_NACIONAL_UNIVERSITAS.pdf>. Acesso em 15 ago. 2014.

PACHECO, E. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília/São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2011. Disponível em <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>>. Acesso em 15 ago. 2012.

PACHECO, E.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidade*. Linhas Críticas. Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010.

RIBEIRO, C. V. S.; CARDOSO, V. M. L. As transformações do mundo do trabalho e as repercussões na educação profissional: a transição dos CEFETs para os IFETs. In: Seminário Nacional Universitas/Br, 22, 2014, Natal/RN. ANAIS DO XXII SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/Br: *Expansão da Educação Superior e da Educação Profissional: tensões e desafios*. Natal/RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Educação, mai. 2014. p. 642-654.

SAMPAIO, M. V. D. *EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: a expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia - PPECO). UFRN. Natal/RN, 2013.

SOUZA, S. M. *A Dimensão da Educação Estética nos Processos Formativos: um estudo sobre a orientação educacional construída no imaginário social*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2013/solange_maria_souza.pdf> Acesso em 30 ago. 2014.

Recebido em Novembro de 2017
Aprovado em Dezembro de 2017
Publicado em Janeiro de 2018

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 12

Número 2

31 de janeiro de 2018



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)
Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)
Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)
Google Scholar
Index Copernicus
Portal de Periódicos (CAPES)
SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)
Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)
DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 12, número 2 – Janeiro de 2018

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)
Ana Lorena Bruel (UFPR)
Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina

Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>